

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

---

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i> .....	XV
<i>Curso de Direito do Trabalho</i> .....	XIX
<i>Nota dos Atualizadores à 19ª edição</i> .....	XXI
Capítulo I – Noções Gerais .....	1
1. Formação histórica .....	1
2. Conceito .....	8
3. Divisão. Ramos. Sistematização .....	11
4. Institutos de cada ramo .....	14
5. Importância da distinção .....	17
6. Denominação .....	18
Capítulo II – Questões Propedêuticas .....	23
7. Autonomia .....	23
8. Taxinomia .....	26
9. Codificação .....	28
10. Relações com outros ramos do Direito .....	29
11. Pressupostos do Direito do Trabalho .....	32
12. Caráter imperativo .....	33
13. Expansionismo do Direito do Trabalho .....	34
14. Interpretação do Direito do Trabalho .....	36
Capítulo III – Fontes do Direito do Trabalho .....	41
15. Divisão das fontes .....	41
16. A Constituição .....	42
17. A Consolidação das Leis do Trabalho .....	46
18. A legislação não consolidada .....	47
19. Portarias ministeriais .....	50
20. A convenção coletiva de trabalho .....	51
21. O regulamento de empresa .....	54
22. A sentença normativa e convenção-lei .....	56
23. Os convênios e recomendações internacionais .....	60
24. Hierarquia das fontes .....	63
Capítulo IV – A Empresa .....	65
25. Generalidades .....	65
26. Conceito .....	67
27. Organização da empresa .....	67

28. Estabelecimento. Distinção. . . . .	69
29. O poder regulamentar: suas restrições . . . . .	71
30. O poder disciplinar e de direção do empregador . . . . .	72
31. A representação do pessoal e conselho de empresa . . . . .	76
32. Consórcio econômico de empresas. . . . .	78
Capítulo V – O Empregado. . . . .	81
33. O empregado: definição . . . . .	81
34. Requisitos da prestação de trabalho . . . . .	82
35. Trabalhadores autônomos e trabalhadores subordinados . . . . .	88
36. Intermediários . . . . .	89
37. Empregadores e operários. . . . .	91
38. Trabalhadores intelectuais. . . . .	95
39. Empregados excluídos da proteção legal . . . . .	97
Capítulo VI – O Empregador . . . . .	105
40. O empregador: definição legal. Crítica . . . . .	105
41. Empregadores por equiparação legal . . . . .	109
42. O fenômeno da despersonalização do empregador. . . . .	113
43. O princípio da continuidade da empresa. . . . .	114
44. O princípio da solidariedade de empresas . . . . .	115
Capítulo VII – Contrato Individual de Trabalho. . . . .	119
45. Origem histórica . . . . .	119
46. Disciplina da <i>locatio operarum</i> entre os romanos . . . . .	120
47. A prestação (locação) de serviços nos códigos modernos . . . . .	122
48. Conceito . . . . .	126
49. Denominação . . . . .	129
50. Caracteres . . . . .	131
51. Nulidade do contrato de trabalho . . . . .	132
Capítulo VIII – Caracterização do Contrato de Trabalho . . . . .	139
52. Interesse prático da questão . . . . .	139
53. Critérios para a caracterização do contrato de trabalho . . . . .	140
54. Subordinação jurídica . . . . .	141
55. Dependência econômica . . . . .	143
56. Dependência técnica . . . . .	145
57. Dependência social . . . . .	147
58. O melhor critério: crítica. . . . .	149
59. Contrato de trabalho e relação de trabalho . . . . .	150
Capítulo IX – Distinção entre o Contrato de Trabalho e os Contratos Afins . . . . .	159
60. Interesse da distinção . . . . .	159
61. Distinção entre o contrato de trabalho e a empreitada . . . . .	160
62. Distinção entre o contrato de trabalho e o mandato . . . . .	163
63. Distinção entre o contrato de trabalho e o de sociedade. . . . .	167
64. Distinção entre o contrato de trabalho e a parceria rural . . . . .	169
Capítulo X – Elementos do Contrato de Trabalho . . . . .	173
65. Elementos essenciais. . . . .	173

66. Pressupostos .....	174
67. Legitimação .....	177
68. Requisitos .....	178
69. Vícios do consentimento .....	181
70. Elementos acidentais .....	183
71. Contrato de prova ou de experiência .....	184
Capítulo XI – Modalidades do Contrato de Trabalho .....	187
72. Classificação .....	187
73. Contrato por tempo indeterminado .....	188
74. Contrato por tempo determinado .....	190
75. Interesse da distinção .....	191
76. Prevalência do contrato por tempo indeterminado .....	193
77. A recondução tácita .....	195
78. Trabalho efetivo e trabalho eventual .....	197
79. Trabalho industrial, agrícola, comercial, marítimo e doméstico .....	199
80. Contrato individual e coletivo .....	203
81. Trabalho em domicílio .....	204
82. O novo contrato de duração determinada da Lei nº 9.601/98 .....	205
Capítulo XII – Conteúdo do Contrato de Trabalho .....	209
83. Obrigações do empregado e do empregador .....	209
84. A prestação de trabalho .....	210
85. Modalidades de seu cumprimento .....	217
86. Deveres de diligência e de fidelidade .....	221
87. Dever de obediência .....	224
88. A remuneração do trabalho .....	226
89. Princípios gerais .....	229
90. Outras obrigações do empregador. A obrigação de proporcionar trabalho .....	230
91. As invenções do empregado .....	233
Capítulo XIII – Execução do Contrato de Trabalho – Salário .....	237
92. Conceito de salário. Delimitação .....	237
93. Caracteres .....	238
94. Modo de determinação da taxa dos salários .....	243
95. Socialização do salário .....	244
96. Salário e indenizações. Abonos .....	246
97. O princípio do salário igual .....	250
Capítulo XIV – Formas de Pagamento do Salário .....	255
98. Formas gerais de pagamento de salário .....	255
99. Salário por unidade de tempo .....	256
100. Horistas. Diaristas. Mensalistas .....	256
101. Salário por unidade de obra .....	257
102. Empreiteiros. Tarefairos .....	258
103. Forma mista .....	259
104. Salário com prêmios. Sistemas .....	260
105. Comissões. Natureza jurídica .....	262
106. Exigibilidade das comissões .....	264

Capítulo XV – Formas de Remuneração . . . . .	269
107. Gratificações . . . . .	269
108. Natureza jurídica da gratificação . . . . .	270
109. Participação nos lucros . . . . .	275
110. Participação convencional e legal . . . . .	277
111. Regime jurídico da participação nos lucros . . . . .	279
112. A regulamentação da participação nos lucros depois da Constituição de 1988 (NA) . . . . .	280
113. Gorjetas . . . . .	281
114. Diárias . . . . .	283
115. Outras formas de remuneração . . . . .	285
Capítulo XVI – Proteção do Salário . . . . .	287
116. Proteção contra os abusos do empregador . . . . .	287
117. Irredutibilidade do salário . . . . .	289
118. O pagamento em espécie. O <i>truck system</i> . . . . .	293
119. Prazo para o pagamento do salário . . . . .	295
120. Pagamento em caso de rescisão do contrato . . . . .	299
121. Proteção contra a imprevidência do empregado . . . . .	300
122. Proibição de cessão do salário . . . . .	300
123. Impenhorabilidade do salário . . . . .	301
124. Proteção contra os credores do empregador . . . . .	303
125. O salário como crédito preferencial . . . . .	304
126. Salário-mínimo. Conceito . . . . .	307
127. Processo de determinação . . . . .	309
128. Críticas ao salário-mínimo . . . . .	309
Capítulo XVII – A Duração do Trabalho . . . . .	311
129. Justificação da medida . . . . .	311
130. Os vários aspectos da duração do trabalho . . . . .	315
131. A jornada, o trabalho extraordinário e o noturno . . . . .	317
132. O repouso hebdomadário e em dias festivos . . . . .	325
133. Férias. Conceito . . . . .	328
134. Os elementos constitutivos do instituto . . . . .	330
135. Aproveitamento útil do lazer . . . . .	338
Capítulo XVIII – Alteração do Contrato de Trabalho . . . . .	341
136. Alteração bilateral . . . . .	341
137. Alteração unilateral . . . . .	343
138. A qualificação profissional e a transferência de funções . . . . .	346
139. Promoção e rebaixamento de categoria . . . . .	351
140. Remoção do empregado . . . . .	352
141. Sucessão de empresa . . . . .	354
142. Reflexos da flexibilização do Direito do Trabalho sobre a alteração do contrato individual . . . . .	358
Capítulo XIX – Suspensão do Contrato de Trabalho . . . . .	359
143. Generalidades . . . . .	359
144. Causas determinantes de suspensão . . . . .	360
145. Suspensão por fato alheio ao empregado . . . . .	361
146. Suspensão por fato imputável ao empregado . . . . .	364



147. Suspensão por determinação legal . . . . .	366
148. Direitos do empregado durante o período de suspensão. . . . .	367
149. Interrupções. . . . .	370
150. Suspensão negociada do contrato individual (NA). . . . .	371
Capítulo XX – Dissolução do Contrato de Trabalho . . . . .	377
151. Generalidades . . . . .	377
152. Modos de dissolução. . . . .	378
153. Resolução . . . . .	380
154. Rescisão . . . . .	382
155. Rescisão do contrato por tempo determinado e indeterminado . . . . .	384
156. Caducidade . . . . .	386
Capítulo XXI – Aviso Prévio e Despedida . . . . .	389
157. Aviso prévio. Antecedentes históricos. Conceito. Efeitos. . . . .	389
158. Elementos integrantes do instituto . . . . .	393
159. Despedida sem justa causa . . . . .	397
160. Despedida com justa causa e despedida arbitrária . . . . .	403
161. Indenização legal e seu fundamento. Teorias . . . . .	407
162. Dissolução por força maior. Fundamento da indenização . . . . .	410
Capítulo XXII – Estabilidade . . . . .	415
163. Histórico. Conceito. Requisitos . . . . .	415
164. Despedida do empregado estável . . . . .	421
165. Processo judicial em torno da estabilidade. . . . .	423
166. Falta grave. Conceito . . . . .	426
167. Conversão em indenização e renúncia à estabilidade. . . . .	427
168. Direito comparado . . . . .	431
169. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço no regime anterior à Lei nº 8.036/90 (NA) . . . . .	434
170. O FGTS na Lei nº 8.036/90 e seu Regulamento . . . . .	440
Capítulo XXIII – Trabalho de Mulheres, de Menores e de Estrangeiros . . . . .	443
171. Histórico . . . . .	443
172. Fundamento da proteção especial . . . . .	445
173. Traços essenciais da disciplina jurídica . . . . .	447
174. A tutela da higiene e segurança do trabalho . . . . .	454
175. A capacidade em relação ao trabalho da mulher, do menor e do estrangeiro . . . . .	457
176. A regra da proporcionalidade de dois terços e a igualdade de salário . . . . .	462
Capítulo XXIV – Contratos de Trabalho Especiais . . . . .	465
177. Conceito. Espécies . . . . .	465
178. Aprendizagem. Histórico . . . . .	466
179. Traços essenciais da disciplina jurídica . . . . .	469
180. O contrato de aprendizagem. Forma. Natureza jurídica . . . . .	472
181. Trabalho em domicílio. Histórico . . . . .	473
182. Traços essenciais da disciplina jurídica . . . . .	476
183. Natureza jurídica. Forma . . . . .	480
184. Contrato de trabalho marítimo e aeronáutico. Histórico. . . . .	481
185. Natureza jurídica. Forma. Competência . . . . .	484
186. Outros traços da disciplina jurídica. . . . .	488

Capítulo XXV – Previdência Social . . . . .	495
187. Origem e evolução histórica . . . . .	496
188. Denominação . . . . .	499
189. O problema do enquadramento da Previdência Social no quadro geral do Direito do Trabalho . . . . .	500
190. Traços característicos da Previdência Social . . . . .	502
191. Classificação dos riscos sociais. . . . .	505
192. Natureza jurídica da relação de Previdência Social e da respectiva prestação de benefício . . . . .	509
193. Sistema de financiamento. Natureza da contribuição da Previdência Social . . . . .	512
194. Sujeitos, objeto e conteúdo da relação de Previdência Social . . . . .	517
 Capítulo XXVI – A Previdência Social no Brasil . . . . .	 519
195. Histórico da Previdência Social no Brasil . . . . .	519
196. A atual Lei de Custos e Benefícios e sua regulamentação . . . . .	523
197. Sujeitos da relação de Previdência Social: instituto, empregador e segurado . . . . .	525
198. Dependentes . . . . .	528
199. Objeto: riscos segurados . . . . .	530
200. Conteúdo: contribuições e prestações previdenciais. . . . .	534
201. Sistema de financiamento . . . . .	540
202. Estrutura administrativa, contencioso, recurso e revisão . . . . .	543
203. Estrutura atual do sistema . . . . .	546
 Capítulo XXVII – Acidentes do Trabalho . . . . .	 549
204. Generalidades . . . . .	549
205. Conceito . . . . .	550
206. Fundamento da responsabilidade . . . . .	552
207. Campo de aplicação da lei . . . . .	556
208. Beneficiários . . . . .	557
209. A indenização . . . . .	558
210. Garantia da indenização . . . . .	559
211. Efeitos do acidente . . . . .	560
212. Medidas preventivas . . . . .	561
213. Processo da reparação do acidente . . . . .	562
 Capítulo XXVIII – Direito Coletivo do Trabalho – A Liberdade Sindical . . . . .	 567
214. Generalidades . . . . .	567
215. Evolução histórica do fenômeno associativo profissional . . . . .	569
216. Liberdade sindical. Problemas . . . . .	576
 Capítulo XXIX – Liberdade Sindical . . . . .	 587
217. Unidade e pluralidade sindical . . . . .	587
218. Sindicato obrigatório. . . . .	591
219. Representação da categoria ou profissão . . . . .	592
220. Natureza jurídica do sindicato . . . . .	594
221. Conceito . . . . .	598
222. Sindicalismo revolucionário e reformista . . . . .	600
223. Espécies. . . . .	603
 Capítulo XXX – O Sindicalismo no Brasil. . . . .	 607
224. Histórico. Os diversos estatutos e a liberdade sindical . . . . .	607

225. Prerrogativas e deveres no regime anterior à Constituição de 1988 . . . . .	612
226. Natureza jurídica . . . . .	616
227. Associação profissional e sindicato, registro e investidura . . . . .	617
228. Vínculo social básico . . . . .	621
229. Condições para o funcionamento . . . . .	622
Capítulo XXXI – Administração e Poderes do Sindicato . . . . .	625
230. Diretoria e outros órgãos . . . . .	625
231. Proteção à função representativa . . . . .	626
232. Estatutos e mensalidades . . . . .	628
233. Direito de filiação e de preferência . . . . .	630
234. Eleições sindicais . . . . .	632
235. Os chamados poderes do sindicato . . . . .	635
236. Hierarquia sindical e associações sindicais de grau superior . . . . .	637
237. Enquadramento sindical . . . . .	641
238. Contribuições sindicais . . . . .	644
Capítulo XXXII – Convenção Coletiva de Trabalho . . . . .	651
239. Generalidades e importância . . . . .	651
240. O fenômeno convencional coletivo . . . . .	653
241. Evolução histórica . . . . .	656
242. Natureza jurídica . . . . .	658
243. Necessidade de distinguir eficácia, formação e conteúdo na convenção coletiva . . . . .	665
244. Celebração e partes . . . . .	669
245. Terminologia . . . . .	669
246. Forma e publicidade da convenção coletiva . . . . .	671
247. Duração e vigência . . . . .	672
248. Extensão da convenção coletiva . . . . .	674
249. Conselhos de empresa . . . . .	676
Capítulo XXXIII – Conflitos Coletivos de Trabalho . . . . .	679
250. Evolução histórica da greve . . . . .	679
251. Justificação do direito de greve . . . . .	682
252. Natureza jurídica da greve e conceito . . . . .	685
253. O <i>lock-out</i> . . . . .	688
254. Compatibilidade com a Justiça do Trabalho . . . . .	690
255. Os titulares do direito de greve . . . . .	691
256. Efeitos da greve sobre o contrato de trabalho . . . . .	695
257. Espécies de greve . . . . .	695
258. Greve ilegal ou abusiva . . . . .	697
259. Outras formas de ação direta . . . . .	699
260. Cessação da greve . . . . .	701
Capítulo XXXIV – Solução dos Conflitos Coletivos . . . . .	703
261. Generalidades . . . . .	703
262. Sistemas de conciliação e arbitragem. Mediação . . . . .	704
263. Espécies de controvérsias coletivas . . . . .	711
264. As partes no processo coletivo de trabalho . . . . .	714
265. Formas e atos a que se submetia o processo coletivo. A competência normativa (NA) . . . . .	717
266. Sentença coletiva e sua eficácia . . . . .	719

267. As antigas diretrizes na fixação de salário pela sentença coletiva .....	726
268. Natureza jurídica da sentença coletiva .....	730
269. Sanções por inobservância da sentença coletiva. ....	732
270. Competência normativa (?). ....	734
Capítulo XXXV – Organização Judiciária do Trabalho .....	737
271. Escorço histórico. ....	737
272. Classificação e finalidade dos órgãos .....	739
273. Distribuição dos órgãos pelos graus jurisdicionais .....	739
274. Composição. ....	740
275. Investidura dos juízes .....	744
276. Garantias e proibições constitucionais .....	757
277. A extinta representação classista .....	763
278. Funcionamento dos órgãos .....	768
279. Ampliação da competência dos órgãos da Justiça do Trabalho (NA). ....	771
Índice Onomástico .....	775
Índice Alfabético e Remissivo .....	785